

LEI Nº 3.864, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016."**

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú para o exercício financeiro de 2016, em R\$ 614.176.271,73 (seiscentos e quatorze milhões, cento e setenta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta; e

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades, fundos e órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta a ele vinculados.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município de Balneário Camboriú para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 614.176.271,73 (seiscentos e quatorze milhões, cento e setenta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 399.853.527,22 (trezentos e noventa e nove milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 214.322.744,51 (duzentos e quatorze milhões, trezentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	12.414.695,71
Fundo Municipal de Saúde	115.398.037,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	4.301.000,00
Fundo Municipal da Assistência Social	3.270.847,51
Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	78.938.164,29
TOTAL	214.322.744,51

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 3º - O Orçamento do Município para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 614.176.271,73 (seiscentos e quatorze milhões, cento e setenta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e três centavos) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 463.337.763,44 (quatrocentos e sessenta e três milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos) e para a Administração Indireta em R\$ 150.838.508,29 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oito reais e vinte e nove centavos).

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 4º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	563.699.966,93
1.1. Receita Tributária	203.730.840,00
1.2. Receita de Contribuições	28.018.500,00
1.3. Receita Patrimonial	52.837.197,22
1.6. Receita de Serviços	54.279.849,00
1.7. Transferências Correntes	179.262.835,71
1.9. Outras Receitas Correntes	45.570.745,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	11.033.504,80
2.1. Operações de Crédito	4.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	200.000,00
2.4. Transferência de Capital	1.631.204,80
2.5. Outras de Capital	5.202.300,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	39.442.800,00
7.1. Receita de Contribuições	32.712.200,00
7.2. Receita de Serviços	1.015.600,00
7.3. Outras Receitas Correntes	5.715.000,00
TOTAL	614.176.269,00

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 5º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	16.400.000,00

02. Gabinete do Prefeito	21.585.177,24
03. Secretaria de Gestão Administrativa	36.363.200,00
04. Secretaria da Fazenda	18.495.650,00
05. Secretaria de Educação	135.441.855,98
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	30.062.200,00
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	9.917.100,00
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.908.800,00
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.837.500,00
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	10.893.800,00
12. Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública	13.770.600,00
13. Secretaria da Pessoa Idosa	1.357.700,00
14. Secretaria de Compras	1.273.300,00
15. Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública	405.000,00
19. Conselho Municipal Antidrogas - COMAD	40.000,00
20. Fundo Municipal de Saúde	115.398.037,00
21. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar	123.200,00
22. Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	1.035.300,00
24. Fundo Rotativo do Bem Estar Social	3.605.000,00
25. Fundo Municipal de Turismo	5.094.400,00
26. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	4.301.000,00
27. Fundo Municipal da Assistência Social	3.270.847,51
28. Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	12.289.695,71
29. Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros	2.319.700,00
30. Fundação Municipal de Esporte	7.586.000,00
31. Fundo Municipal de Trânsito	15.696.500,00
32. Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	187.200,00
33. Fundação Cultural de Balneário Camboriú	4.481.450,00
34. Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	78.938.164,29
35. Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	59.832.894,00
99. Reserva de Contingência	265.000,00
TOTAL	614.176.271,73

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	16.400.000,00
02. Judiciária	14.656.877,24
04. Administração	55.205.725,00
06. Segurança Pública	24.722.600,00
08. Assistência Social	19.863.347,51
09. Previdência Social	25.666.100,00
10. Saúde	125.971.832,71
11. Trabalho	8.000.000,00
12. Educação	135.441.855,98
13. Cultura	8.466.450,00
14. Direitos da Cidadania	805.300,00
15. Urbanismo	33.376.300,00
16. Habitação	3.605.000,00
17. Saneamento	58.017.394,00
18. Gestão Ambiental	3.897.800,00
23. Comércio e Serviços	7.003.200,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
27. Desporto e Lazer	7.488.000,00
28. Encargos Especiais	14.549.650,00
99. Reserva de Contingência	51.038.839,29
TOTAL	614.176.271,73

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1502. Legislativo Atual	16.400.000,00
1504. Gestão Administrativa Eficiente	40.681.800,00
1506. Ações Judiciais	14.656.877,24
1508. Gestão Financeira Equilibrada	18.495.650,00
1510. Cultura e Arte	4.481.450,00
1512. Educação em Ação	1.280.000,00
1514. Educação de Qualidade	134.161.855,98
1516. Balneário Camboriú Mais Iluminada	8.414.850,00
1518. Desenvolvimento e Inclusão Social	10.410.800,00
1520. Assistência Social a Família	3.270.847,51
1522. Assistência a Criança e ao Adolescente	4.824.000,00
1524. Apoio ao Trânsito	15.696.500,00
1526. Prevenção de Sinistros	2.319.700,00
1528. Apoio ao Consumidor	187.200,00
1530. Meio Ambiente e Cidadania	2.872.800,00
1532. Balneário Camboriú – A Rota do Turismo	7.003.200,00
1534. Conservação do Patrimônio Público	3.513.100,00
1536. Segurança e Incolumidade Pública	13.893.800,00
1538. Plano de Saúde para o Servidor	12.289.695,71
1540. Previdência Social do Servidor	78.938.164,29
1542. Saneamento e Qualidade de Vida	47.332.894,00
1544. Esporte Balneário Camboriú em Ação	7.586.000,00
1546. Habitação de Interesse Social	3.605.000,00
1548. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	12.100.000,00
1550. Obras e Benfeitorias Urbanas	5.491.350,00
1552. Gestão Tecnológica da Informação	634.700,00
1554. Planejar para Prosseguir	3.724.800,00
1556. Infraestrutura Viária	10.074.700,00
1558. Limpeza Urbana e Paisagismo	6.081.300,00
1560. Reestruturação das unidades de Saúde Pública	1.763.000,00
1562. Saúde de Qualidade para Todos	54.170.045,00
1564. Vigilância em Saúde	3.888.692,00
1566. Saúde de Média e Alta Complexidade	55.556.300,00
1568. Operações Urbanas Consorciadas	6.192.300,00
1570. Drenagem Urbana Sustentável	400.000,00
1572. Atendimento ao Idoso	1.357.700,00
1574. Profissionalização da Gestão Pública	160.200,00
1576. Reserva de Contingência	265.000,00
TOTAL	614.176.271,73

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	508.555.683,44
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	304.346.248,98
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	1.921.600,00
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	202.287.834,46
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	54.581.749,00
4.4.00.00 Investimentos	53.731.349,00
4.6.00.00 Amortização da Dívida	850.400,00
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	51.038.839,29
TOTAL	614.176.271,73

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Seção I

Do Orçamento da Prefeitura Municipal

Art. 6º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 428.795.889,22 (quatrocentos e vinte e oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos) e fixa a despesa em R\$ 283.740.083,22 (duzentos e oitenta e três milhões, setecentos e quarenta mil, oitenta e três reais e vinte e dois centavos) proporcionando um superávit de R\$ 145.055.806,00 (cento e quarenta e cinco milhões, cinquenta e cinco mil, oitocentos e seis reais), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta e recebera Transferência Financeira de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil) da entidade FUNSERVIR e R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) da entidade EMASA.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	413.393.589,22
1.1. Receita Tributária	203.086.640,00
1.2. Receita de Contribuições	6.999.000,00
1.3. Receita Patrimonial	17.684.587,22
1.6. Receita de Serviços	50.150,00
1.7. Transferências Correntes	147.346.912,00
1.9. Outras Receitas Correntes	44.226.300,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	9.402.300,00
2.1. Operações de Crédito	4.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	200.000,00
2.5 Outras de Capital	5.202.300,00
TOTAL	428.795.889,22

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	21.585.177,24
03. Secretaria de Gestão Administrativa	36.363.200,00
04. Secretaria da Fazenda	18.495.650,00
05. Secretaria de Educação	135.441.855,98
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	30.062.200,00
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	9.917.100,00
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.908.800,00
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.837.500,00
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	10.893.800,00
12. Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública	13.770.600,00
13. Secretaria da Pessoa Idosa	1.357.700,00
14. Secretaria de Compras	1.273.300,00
15. Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública	405.000,00
19. Conselho Municipal Antidrogas - COMAD	40.000,00
21. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar	123.200,00
99. Reserva de Contingência	265.000,00
TOTAL	283.740.083,22

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Judiciária	14.656.877,24
04. Administração	45.676.600,00
06. Segurança Pública	12.291.500,00
08. Assistência Social	19.863.347,51
11. Trabalho	8.000.000,00
12. Educação	135.441.855,98
13. Cultura	4.000.000,00
14. Direitos da Cidadania	618.100,00
15. Urbanismo	33.301.300,00
18. Gestão Ambiental	1.837.500,00
23. Comércio e Serviços	1.908.800,00
28. Encargos Especiais	12.906.150,00
99. Reserva de Contingência	265.000,00
TOTAL	283.740.083,22

III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	254.755.273,22
4.0.00.00 – Despesas de Capital	28.719.810,00
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	265.000,00
TOTAL	283.740.083,22

Seção II

Do Orçamento da Câmara de Vereadores

Art. 7º - O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2016 fixa a despesa orçamentária em R\$ 16.400.000,00 (dezesesseis milhões e quatrocentos mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

Parágrafo Único - A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	16.400.000,00
TOTAL	16.400.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	14.900.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.500.000,00
TOTAL	16.400.000,00

Seção III

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 31.514.831,00 (trinta e um milhões, quinhentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e um reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 115.398.037,00 (cento e quinze milhões, trezentos e noventa e oito mil e trinta e sete reais), proporcionando um déficit de R\$ 83.883.206,00 (oitenta e três milhões, oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e seis reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de transferência da União e do Estado, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	31.514.831,00
1.3. Receita Patrimonial	783.100,00
1.7. Transferências Correntes	30.731.731,00
TOTAL	31.514.831,00

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	115.398.037,00
TOTAL	115.398.037,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	113.602.700,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.795.337,00
TOTAL	115.398.037,00

Seção IV

Do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente

Art. 9º - O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 50.300,00 (cinquenta mil e trezentos reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 1.035.300,00 (hum milhão, trinta e cinco mil e trezentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	50.300,00
1.3. Receita Patrimonial	20.000,00
1.6. Receita de Serviços	300,00
1.9. Outras Receitas Correntes	30.000,00
TOTAL	50.300,00

§ 2º - A Despesa do FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	1.035.300,00
TOTAL	1.035.300,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	920.000,00
4.0.00.00 Despesas de Capital	115.300,00
TOTAL	1.035.300,00

Seção V

Do Orçamento do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros

Art. 10. - O Orçamento do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros – FUMPRESI para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.319.700,00 (dois milhões, trezentos e dezenove mil e setecentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 2.119.700,00 (dois milhões, cento e dezenove mil e setecentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	200.000,00
1.3. Receita Patrimonial	200.000,00
TOTAL	200.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMPRESI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	2.319.700,00
TOTAL	2.319.700,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	350.700,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.969.000,00
TOTAL	2.319.700,00

Seção VI

Do Orçamento do Fundo Rotativo o Bem Estar Social

Art. 11. - O Orçamento do Fundo Rotativo do Bem Estar Social – FURBES para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 1.540.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.605.000,00 (três milhões seiscentos e cinco mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 2.065.000,00 (dois milhões, sessenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e transferência de capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	40.000,00

1.3. Receita Patrimonial	40.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.500.000,00
2.4. Transferência de Capital	1.500.000,00
TOTAL	1.540.000,00

§ 2º - A Despesa do FURBES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. Habitação	3.605.000,00
TOTAL	3.605.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	165.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.440.000,00
TOTAL	3.605.000,00

Seção VII

Do Orçamento do Fundo Municipal de Turismo

Art. 12. - O Orçamento do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 684.400,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 5.094.400,00 (cinco milhões, noventa e quatro mil e quatrocentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 4.410.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e dez mil e quatrocentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	684.400,00
1.1. Receita Tributária	644.200,00
1.3. Receita Patrimonial	40.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	200,00
TOTAL	684.400,00

§ 2º - A Despesa do FUMTUR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	5.094.400,00
TOTAL	5.094.400,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	5.049.400,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	45.000,00
TOTAL	5.094.400,00

Seção VIII

Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 13. - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 246.800,00 (duzentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 4.301.000,00 (quatro milhões, trezentos e um mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 4.045.200,00 (quatro milhões, quarenta e cinco mil e oitocentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e de outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	246.800,00
1.3. Receita Patrimonial	26.800,00
1.7. Transferências Correntes	200.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	20.000,00
TOTAL	246.800,00

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	4.301.000,00
TOTAL	4.301.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	4.086.350,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	214.650,00
TOTAL	4.301.000,00

Seção IX

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 14. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 1.155.847,51 (hum milhão, cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.270.847,51 (três milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), proporcionando um déficit de R\$ 2.115.000,00 (dois milhões, cento e quinze mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.024.642,71
1.3. Receita Patrimonial	49.450,00
1.7. Transferências Correntes	974.192,71
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	131.204,80
2.4. Transferências de Capital	131.204,80
TOTAL	1.155.847,51

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	3.270.847,51
TOTAL	3.270.847,51

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.911.989,51
4.0.00.00 – Despesas de Capital	358.858,00
TOTAL	3.270.847,51

Seção X

Do Orçamento do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú

Art. 15. - O Orçamento do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 12.414.695,71 (doze milhões, quatrocentos e quatorze mil e seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 12.289.695,71 (doze milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e um

centavos), proporcionando um superávit de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) que deverá ser transferido para a Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intraorçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	7.364.500,00
1.2. Receita de Contribuições	7.289.500,00
1.3. Receita Patrimonial	75.000,00
7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	5.050.195,74
7.2 Receita de Contribuições	5.050.195,71
TOTAL	12.414.695,71

§ 2º - A Despesa do FUNSERVIR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.715.900,00
10. Saúde	10.573.795,71
TOTAL	12.289.695,71

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	12.133.695,71
4.0.00.00 – Despesas de Capital	156.000,00
TOTAL	12.289.695,71

Seção XI

Do Orçamento do Fundo Municipal de Trânsito

Art. 16. - O Orçamento do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 15.696.500,00 (quinze milhões, seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 15.391.500,00 (quinze milhões, trezentos e noventa e um mil e quinhentos reais), que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	305.000,00
1.3. Receita Patrimonial	305.000,00
TOTAL	305.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMTRAN será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	6.055.000,00
06. Segurança Pública	9.566.500,00
15. Urbanismo	75.000,00
TOTAL	15.696.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	15.202.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	494.500,00
TOTAL	15.696.500,00

Seção XII

Do Orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor

Art. 17. - O Orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor - FMDC para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 150.200,00 (cento e cinquenta mil e duzentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 187.200,00 (cento e oitenta e sete mil e duzentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	150.200,00
1.3. Receita Patrimonial	100.200,00
1.9. Outras Receitas Correntes	50.000,00
TOTAL	150.200,00

§ 2º - A Despesa do FMDC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
14. Direitos da Cidadania	187.200,00
TOTAL	187.200,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	160.200,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	27.000,00
TOTAL	187.200,00

CAPÍTULO VII

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Seção I

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes

Art. 18. - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes - FME para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 7.586.000,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta e seis mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 7.565.200,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	20.800,00
1.3. Receita Patrimonial	20.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	800,00
TOTAL	20.800,00

§ 2º - A Despesa da FME será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	60.000,00
27. Desporto e Lazer	7.488.000,00
28. Encargos Especiais	38.000,00
TOTAL	7.586.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	7.381.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	205.000,00
TOTAL	7.586.000,00

Seção II

Do Orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú

Art. 19. - O Orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 146.450,00 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 4.481.450,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 4.335.000,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	
1.3. Receita Patrimonial	32.000,00
1.6. Receita de Serviços	50.250,00
1.7. Transferências Correntes	10.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	54.200,00
TOTAL	146.450,00

§ 2º - A Despesa da FCBC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	3.906.450,00
28. Encargos Especiais	15.000,00
TOTAL	4.481.450,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	3.706.450,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	775.000,00
TOTAL	4.481.450,00

Seção III

Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú

Art. 20. - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 78.918.164,29 (setenta e oito milhões, novecentos e dezoito mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 78.938.164,29 (setenta

e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) proporcionando um déficit de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intraorçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	45.541.160,00
1.2. Receita de Contribuições	13.730.000,00
1.3. Receita Patrimonial	31.561.060,00
1.9. Outras Receitas Correntes	250.100,00
7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	33.377.004,29
7.2. Receita de Contribuições	27.662.004,29
7.9 Outras Receitas Correntes	5.715.000,00
TOTAL	78.918.164,29

§ 2º - A Despesa do BCPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.698.225,00
09. Previdência Social	25.666.100,00
28. Encargos Especiais	800.000,00
99. Reserva de Contingência	50.773.839,29
TOTAL	78.938.164,29

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	28.107.325,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	77.000,00
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	50.773.839,29
TOTAL	78.958.164,29

Seção IV

Do Orçamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

Art. 21. - O Orçamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 58.032.894,00 (cinquenta e oito milhões, trinta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 59.832.894,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) e a será transferido a Prefeitura o valor R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes, receitas intraorçamentárias correntes, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	57.017.294,00
1.3. Receita Patrimonial	1.900.000,00
1.6. Receita de Serviços	54.179.149,00
1.9. Outras Receitas Correntes	938.145,00
7. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.015.600,00
TOTAL	58.032.894,00

§ 2º - A Despesa da EMASA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	58.017.394,00
18. Gestão Ambiental	1.025.000,00
28. Encargos Especiais	790.500,00
TOTAL	59.832.894,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	45.143.600,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	14.689.294,00
TOTAL	59.832.894,00

CAPÍTULO VIII

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 22. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 24. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 21 desta Lei.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 25. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 27. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 28. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 29. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes – RPPS	1.000.000,00
Passivos Contingentes – DEMAIS	265.000,00
Demais Riscos Fiscais	0,00
TOTAL	1.265.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 30. - Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

CAPÍTULO IX

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 31. - Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal está autorizado a realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 33. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, EPAGRI, CIASC, FUNSET, FECAM, CNM, UFSC, UDESC e demais Universidades e Faculdades.

Art. 34. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 a 32 e 53 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

Art. 35. - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2016, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

Balneário Camboriú (SC), 18 de dezembro de 2015.

Edson Renato Dias
Prefeito Municipal